

MANIFESTAÇÕES DE REBELDIA
CONTRA O REGIME MILITAR NA BAHIA

1964/1968*

Autor: José Alves Dias

Professor de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

Email: jdias@uesb.br ou jdiaspesquisa@bol.com.br.

1. Introdução

Uma vez encastelados no poder, os militares desrespeitaram os direitos dos cidadãos, as leis constitucionais vigentes e implantaram um modelo de gestão bastante repressivo baseado no princípio da depreciação moral e eliminação física de seus opositores. Nesse período, uma parte considerável da sociedade brasileira manifestou sua insatisfação e repúdio a essas práticas arbitrárias.

Os estudantes baianos foram parte significativa desse processo de luta política, por vezes mesclada com demandas próprias do segmento estudantil mas sem perder de vista o objetivo geral de transformar a estrutura de poder autoritária implantada no Brasil.

Entre os anos de 1964 e 1968 milhares deles estiveram concentrados nas ruas de Salvador para se rebelarem contra a ditadura e exigir liberdade de expressão, conseguindo, em certos momentos, aglutinar trabalhadores, intelectuais, religiosos, empresários e políticos em torno de suas propostas e, literalmente, parar a cidade de Salvador durante dias seguidos. Estas manifestações serviram como instrumento de pressão e resistência contra o poder autoritário durante o regime militar. Obviamente, os grupos políticos locais, autoritários e apegados ao poder, temeram por sua sorte e reprimiram as vozes discordantes a golpes de baioneta.

Nosso objetivo é demonstrar a intensidade e o desempenho político dessas manifestações estudantis contra o regime militar na Bahia e o modo como os estudantes conseguiram, mesmo em condições adversas, descaracterizar a legitimidade e a homogeneidade propagada pelos golpistas.

Os fatos narrados adiante tiveram profunda repercussão na conjunto da sociedade baiana e foram relatados nos principais jornais da grande imprensa baiana do período, entre eles, o vespertino “*A Tarde*” e o “*Jornal da Bahia*”, bem como, por depoentes ao autor.

* Este texto é uma versão bastante resumida e modificada dos dois últimos capítulos da dissertação de mestrado, defendida pelo autor em 2000 na Universidade Federal da Bahia.

2. Os estudantes e a política

Havia, obviamente, uma vinculação do movimento estudantil com os partidos de esquerda. O PCB, na ilegalidade, era a principal força de inspiração marxista, porém, não a única. Grande parte da juventude militante rompeu com o Partido Comunista Brasileiro, insatisfeita com a sua linha política. Foi assim que, sob a liderança de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, os comunistas brasileiros cindiram-se em 1962 para formar o PC do B, levando consigo muitos estudantes. A ORM (Organização Revolucionária Marxista) também conhecida como POLOP, dissidência do PCB desde 1961, tinha entre seus militantes estudantes universitários. Da mesma forma, o PORT (Partido Operário Revolucionário – Trotskista), desde 1953, reunia estudantes e intelectuais em torno da tese da revolução permanente. Muito forte no movimento estudantil era a presença da AP, uma organização originada no seio da Juventude Universitária Católica (JUC) com forte tendência humanista e socialista, que posteriormente tornou-se uma organização eminentemente marxista.

De certo modo, os estudantes que militavam nessas organizações, tinham, também, alguma esperança de que a aproximação de João Goulart com os trabalhadores e demais segmentos sociais progressistas, trouxesse resultados positivos para a sociedade brasileira e, em certos casos, também estiveram vinculados às propostas reformistas do governo.

Quando o golpe militar rompeu essa vinculação institucional dos movimentos estudantil e sindical com o governo João Goulart, a UNE (União Nacional dos Estudantes), vivia um momento especial desde sua criação em 11 de agosto de 1937, em plena ditadura varguista. Desde meados da década de cinquenta, superando um breve período sob a direção dos grupos de direita ligados à UDN (União Democrática Nacional), a entidade acumulava uma larga experiência de militância política sob a hegemonia de lideranças socialistas e comunistas. Em 1961 com a criação do (CPC) Centro Popular de Cultura, a UNE levou para o todo o país o teatro e o cinema populares e ampliou a discussão sobre a reforma universitária. Na mesma época, sob a presidência do baiano Oliveiros Guanais, cresceu o predomínio da AP (Ação Popular) no movimento estudantil e tomaram vulto as campanhas nacionalistas em defesa das empresas brasileiras e do ensino público e gratuito. Junto com a UNE surgiram outros movimentos de cultura e educação popular que “buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras” (CUNHA & GÓES, 1994, p.30)

Daniel Aarão Reis, não exagera quando afirma que o golpe de 1964 destruiu partidos, carreiras políticas, sonhos e vidas. Mas os estudantes, apesar de todas as perseguições permaneceram ativos politicamente, realizando congressos clandestinos e passeatas de protesto, mesmo após a extinção legal da UNE em 1965.

3. O governo da Bahia e os estudantes

Na Bahia, o poder político se manteve autoritário e conservador com o triunfo das forças militares em 1964, contudo, alguns segmentos da sociedade civil, particularmente os estudantes secundaristas e universitários, vários deles militantes ou simpatizantes do PCB, e mais tarde, das dissidências, demonstraram com bastante veemência sua insatisfação, ora resistindo, ora se rebelando violentamente contra as imposições da ditadura na Bahia, que, em harmonia com o estado centralizado e modernizante instituído pelos golpistas, tentava impor a ideologia dominante, legitimar o arbítrio e manter o seu poder.

A primeira manifestação dos estudantes baianos ocorreu na aula inaugural da Universidade Federal da Bahia do ano de 1964, portanto, antes mesmo de ser deflagrado o movimento militar. Durante o discurso solene do orador Clemente Mariani, banqueiro de família tradicional e conservadora, os estudantes presentes no plenário irromperam em vaias. Depois de alguns instantes de convulsão generalizada no auditório da Reitoria, a situação foi controlada com a interferência do governador Lomanto Júnior. Verificado que não havia possibilidade alguma de continuidade a assembléia foi dissolvida.

O fato, de larga repercussão, revelou às classes dirigentes baianas a rebeldia de sua juventude, embaraçando aqueles que titubeavam entre os legalistas e os golpistas.

4. O golpe, a desarticulação e a rearticulação estudantil

Aos primeiros rumores de que um golpe militar estava na ordem do dia, os militantes políticos da esquerda na Bahia se mobilizaram para resistir. Contudo, as primeiras tentativas de reação à intervenção militar malograram diante da tensão imposta pela violência generalizada e da desarticulação das forças políticas contrárias ao golpe. Logo, as tropas do exército estavam em praticamente todos municípios baianos efetuando prisões e praticando todo tipo de arbitrariedades contra os aliados do presidente deposto pelo golpe militar. Em quase todos os municípios do interior políticos eleitos pelo voto direto da população nas eleições de 1962, por simpatia ou receio das listas de cassações, que logo viriam, aplaudiram os civis e militares golpistas. Claro está que muitas das casas legislativas do Estado foram ocupadas por soldados do exército e da polícia militar em votações de matéria dessa natureza, redundando em intimidação e violência contra os parlamentares.

Com a desarticulação dos setores políticos que apoiavam o regime democrático formalmente estabelecido através do processo eleitoral, a resistência oposicionista na Bahia restringiu-se apenas ao plano teórico, mesmo assim, infausto, pela manifesta impossibilidade de execução.

Os petroleiros, pertencentes à mais forte categoria sindicalizada naquele momento, apesar da greve ou por causa dela, ficaram totalmente desarticulados com a invasão do SINDIPETRO e da

Refinaria Landulpho Alves. A “revolução faltou ao encontro”¹, e as minorias mobilizadas para resistir foram presas, processadas, cassadas e torturadas.

A tortura, ferramenta sistemática de investigação nas fases de instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPM's), foi largamente utilizada em toda a Bahia desde as primeiras prisões realizadas logo após o golpe civil-militar.

Dessa forma, a “revolução brasileira”, que, aparentemente, estava em marcha, retrocedeu diante das forças de repressão do Estado defensoras da ordem política e social.

A juventude brasileira conheceu, na sua experiência cotidiana, os problemas estruturais do sistema de ensino que extrapolavam o aspecto formal e interno das instituições de ensino superior, ou seja, além de todas as dificuldades encontradas para ingressar e permanecer na Universidade, sentiam-se despreparados profissionalmente tendo em vista as deficiências na qualidade do ensino. Contudo, com a ascensão dos militares, foram proibidos de se manifestar, tiveram a autonomia de suas entidades representativas violentada e novos atos de agressão à liberdade de expressão eram constantemente editados. As verbas militares sobrepunham magnanimamente o orçamento para a educação, e as diretrizes de ensino apontavam para uma formação mecanicista do profissional que atendesse apenas à demanda do mercado e o projeto de desenvolvimento e modernização das classes abastadas.² Dilapidados dos mais elementares direitos, os estudantes compreenderam a necessidade de se rebelarem contra o sistema de governo que empreendia uma política social tão impiedosa.

Durante algum tempo, após o golpe, os militantes de esquerda estiveram se preparando para recompor seus quadros e voltar à militância contra o regime de quartel. Como no resto do país, os estudantes baianos, secundaristas e universitários, foram mais ágeis na reestruturação de suas bases políticas e na substituição de suas lideranças, motivo pelo qual se tornaram a vanguarda dos movimentos progressistas populares contra a ditadura. Pouco tempo depois, começaram a organizar assembléias, atos e passeatas para exigir reformas no ensino, ampla liberdade de expressão, democracia de fato e anistia política para seus companheiros ainda que o cerco se apertasse e os ditadores estivessem cada vez mais afeiçãoados ao poder. A eles se uniram profissionais liberais, políticos, operários, professores, intelectuais, estivadores, petroleiros e trabalhadores rurais, buscando alternativas para romper o cerco repressivo e mobilizar o povo na luta contra a ditadura, mesclando reivindicações de classe e demandas políticas que resultaram num amplo conjunto de ações com efeitos distintos. Substancialmente eram os estudantes provenientes, em sua maioria, das classes médias que, proferindo palavras de ordem, ocuparam as ruas de Salvador para protestar contra a tirania das classes dominantes.

Contudo, apesar das causas justificáveis e da crise que atingia toda a população, a vanguarda estudantil que militava contra a ditadura não conseguiu mobilizar o interesse dos baianos para sua causa, a julgar pelo estado de medo e indiferença manifestado pela população.

5. A arte rebelde

Um fato particular, entretanto, desencadearia um processo de agitação e descontentamento na Bahia que nem mesmo os mais otimistas líderes estudantis ousariam prever. Em meados de 1966, a peça teatral “aventuras e desventuras de um estudante”, de Carlos Sarno, aparentemente sem nenhuma relevância política, teve sua encenação proibida pelo diretor do Colégio da Bahia. Segundo o próprio autor, que posteriormente foi excluído do ensino público da Bahia, a peça em linguagem de cordel discutia a realidade do estudante e foi proibida pelo diretor do colégio por “não ter uma linguagem adequada ao ambiente educacional”.

O incidente motivou uma greve na tradicional escola secundarista, popularmente conhecida como Colégio Central, e uma grande passeata contra o veto do diretor³. Diante da proibição, os estudantes tentaram exhibir a peça na residência dos universitários, no entanto, cem policiais interditaram um trecho da Avenida Sete, invadiram o recinto “com armas em punho”, espancaram, com cassetetes, dezenas de estudantes que vaiavam, perseguindo-os com muita violência até as residências próximas onde se refugiaram.

Diante da proibição do diretor do Colégio Central, sob alegação de que era ofensiva ao colégio e aos professores e destituída de qualquer mensagem, a peça passou a ser ensaiada no Mosteiro de São Bento, e as atividades escolares suspensas. D. Timóteo Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento, considerou a peça “sem nenhuma intenção político-partidária” e os alunos “puros de espírito”. Ao Jornal da Bahia, ele declarou que só podia

*...aplaudir os esforços despendidos pelos jovens pela cultura e pela liberdade de criação artística e que não via no movimento nenhuma intenção político-partidária, mas um entusiástico e juvenil empenho de criar beleza.*⁴

Mesmo assim, a peça continuou sendo censurada e se tornou um fato político bastante explorado pelos estudantes.

6. A revolta dos secundaristas contra a Lei Orgânica do Ensino

Poucas vezes os baianos viram tamanha manifestação de civismo e cidadania demonstrada em atos concretos de rebeldia, como no momento em que, deixando as salas de aula e partindo para as ruas do centro da cidade,

Centenas de estudantes procedentes dos colégios oficiais encheram a Praça Castro Alves com o alarido de seus protestos contra a lei que consideram iníqua. 5

Assim, o vespertino definiu textualmente a manifestação discente contra a Lei Orgânica do Ensino que, praticamente, extinguiu o ensino público na Bahia, durante a gestão do secretário Luís Navarro de Brito. Os artigos 09 e 36 dessa lei permitiam às fundações, que seriam criadas para substituir as escolas públicas, cobrar taxas e mensalidades, reservando ensino gratuito apenas para o nível primário e aos estudantes que provassem insuficiência de recursos.

Durante cinco dias, os estudantes do nível médio e superior prosseguiram, no movimento de protesto, entretanto, cumprindo o destino autoritário que, quase sempre, caracterizou as decisões do poder político na Bahia, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei do Ensino.

O excesso de violência contra os manifestantes estudantis causou a antipatia generalizada da população. Tamanha pressão popular levou o governador Luís Viana Filho a fazer um pronunciamento na televisão, qualificando o “caso” como um equívoco, sustentando a tese do secretário de que os colégios públicos continuam gratuitos, embora as fundações possam explorar o ensino, cobrar mensalidades e exigir o atestado de pobreza. Diante da garantia oficial da continuidade do ensino gratuito, os estudantes secundaristas decidiram retornar às aulas.

7. Os universitários contra o convênio MEC-USAID

Na quinta feira, dia 03 de junho de 1968, os estudantes universitários, reunidos na Faculdade de Medicina, decidiram elaborar um documento de reivindicações e apresentá-lo ao reitor numa passeata de protesto contra o corte de verbas e a crise na Universidade. Aos gritos de “Abaixo o MEC-USAID”, cerca de três mil estudantes partiram da Praça da Sé ao Campo Grande, portando faixas e cartazes de protesto contra o governo.

Cerca de cem manifestantes seguiram para a Reitoria em busca do imóvel da Secretaria de Educação utilizado pela comissão executiva do convênio MEC-USAID na Bahia. Ali incendiaram suas dependências, saquearam os arquivos e atiraram os papéis no lixo. Nesse dia, bancos e casas comerciais fecharam mais cedo, os carros oficiais deixaram de circular pelas ruas do centro.

Tamanha violência nas manifestações dos estudantes contra o acordo MEC-USAID fundamentava-se nos propósitos do convênio e em sua vinculação com a ditadura. Com a reorganização do Estado, após o golpe militar, a educação nacional em todos os níveis passou por profundas transformações, afim de adequá-la aos objetivos da quartelada de abril. O acordo do Ministério da Educação e Cultura contra uma agência americana denota claramente esses propósitos e, mais ainda, denunciava, com clareza, a concepção de educação que seria aplicada daí em diante: Os professores teriam que se alinhar, sob coerção, ao sistema educacional ideologicamente

autoritário e capitalista, utilizando técnicas e livros didáticos produzidos, especificamente, com essa finalidade. A primeira providência foi afastar os descontentes:

“Os intelectuais comprometidos com a revolução, com o reformismo, ou mesmo com o liberalismo já não serviam, não eram confiáveis.” (CUNHA & GÓES, 1994, p. 32)

Os resultados para a educação seriam, portanto, avassaladores e os estudantes baianos sabiam disso, do mesmo modo que seus colegas de outras regiões do país. O desrespeito à liberdade intelectual dos professores e alunos motivou tamanha rebeldia dos estudantes.

8. O cerco se fecha contra os estudantes

Quatro dias depois, o movimento de rebeldia volta às ruas para protestar contra a prisão, no Estado da Guanabara, do líder estudantil Vladimir Palmeira e novamente foi impedido pela guarda civil de se manifestar. Toda a parte central da cidade estava tomada por policiais civis, militares, guarda municipal, polícia federal e agentes do DOPS. Do serviço de som do elevador Lacerda, o locutor conclamava o povo a se unir aos estudantes. Na tentativa de evacuar a praça os policiais lançaram bombas de gás e cães ferozes contra estudantes, jornalistas e deputados. Novamente o comércio e os bancos fecharam, as baianas abandonaram os tabuleiros.

Repetindo em dose infinitamente superior à violência de terça-feira, dia 06 de agosto, a polícia investiu furiosamente contra os estudantes e populares nas ruas do centro da cidade, na quinta-feira, dia 08 de agosto de 1968. A cidade virou uma praça de guerra. Cerca de três mil estudantes se espalharam por diferentes pontos da cidade para protestar contra a violência.

Somente depois de muitos protestos o governador admitiu o descontrole da situação e se dispôs a negociar com os estudantes. As ações policiais deixaram indignada a sociedade baiana que viu seus filhos serem reprimidos com absurda violência numa luta onde o equilíbrio de forças era visivelmente desigual.

No dia 13 de agosto de 1968, havia um ambiente de tensa expectativa na cidade: as ruas da cidade vazias, os estudantes tensos, a polícia nas ruas e a população com medo mantinha as janelas fechadas. Os consultórios médicos ficaram sem clientes, os cinemas vazios, as lojas contabilizavam prejuízos no dia dos pais e ninguém saiu para comprar jornais.

Depois do recuo para organizar o congresso estudantil, os inquietos e rebeldes manifestantes se concentraram na praça da Piedade. Desta vez, para protestar contra a prisão de seus líderes que participaram do congresso da União Nacional dos Estudantes na cidade de Ibiúna. O confronto violento com a guarda municipal aconteceu na Cidade Baixa. Do alto dos prédios, os funcionários públicos atiravam objetos nos policiais que reprimiam a manifestação estudantil e invadiam bancos, correios e lojas para prender manifestantes. As manifestações cessaram com muitos estudantes

feridos e presos que, posteriormente, foram liberados para responder IPM's com base na Lei de Segurança Nacional.

No fim da última semana de outubro de 1968, chegaram a Salvador, em um ônibus, os estudantes universitários baianos presos no Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, para serem ouvidos na Delegacia Federal de Segurança Pública, localizada na Vila Militar do Bonfim.

Tantos fatos, exaustivamente narrados, mostram a quantidade e a intensidade dos atos de rebeldia contra o regime militar na Bahia. Algumas dessas manifestações, que reuniram milhares de estudantes, tiveram profunda repercussão na sociedade civil e política local, quer pela relevância e coerência das demandas estudantis, quer pela violência com que foram reprimidas. Em muitos casos, as autoridades políticas baianas foram obrigadas a recuar, ainda que momentaneamente, da fúria repressiva ou mudar de estratégia por causa da opinião pública. De um modo geral, as manifestações estudantis serviram para alertar a população contra os desmandos autoritários na Bahia, que, por conta da censura, dificilmente chegariam ao conhecimento público, não fossem as denúncias explícitas dos estudantes. Ainda que isolados da maioria absoluta da população, os estudantes lograram romper a hegemonia pretendida pelos golpistas e seus aliados.

9. O golpe nos golpistas

Exatamente por isso, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 foi divulgado pela imprensa baiana e noticiado como uma reação do governo federal à recusa da Câmara Federal em conceder licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Sabe-se contudo que o motivo apontado foi apenas o pretexto para um novo golpe. Não havia homogeneidade nas forças armadas e muito menos entre os militares golpistas, cujo reduto extremamente radical queria restringir ainda mais os direitos legais e constitucionais e, ao mesmo tempo, ampliar as relações econômicas e militares internacionais. Os sorbonistas⁶, no poder desde Castelo Branco, tentaram dar ao golpe de Estado um caráter de legítima democracia, por isso mantiveram alguns colégios eleitorais diretos, certos instrumentos jurídicos legais como o *habeas corpus* e oficialmente renegavam a tortura física dos presos políticos. Mas, seus companheiros de farda rapidamente perceberam que não seria possível manter a farsa por muito tempo: as manifestações políticas e populares no Brasil e no exterior mostravam a face indigna do regime instaurado sob uma nominal democracia.

Como resultado imediato dessas novas medidas autoritárias, as solenidades de colação de grau dos alunos graduados no final de 1968 na Universidade Federal da Bahia foram suspensas, pelas diretorias de faculdades e Reitoria, para evitar novas manifestações estudantis. Fechou-se na Bahia mais um ciclo de lutas sociais e políticas, mas permaneceram os atores e os motivos de sua rebeldia. Na etapa seguinte, as armas foram outras, mas o sangue derramado continuou sendo daqueles que

acreditavam na utopia da revolução e que dela não se distanciaram, senão quando emitiram o último suspiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO NETO, Jovinião S.(Org.) *D. Timóteo: Presença Histórica*. Salvador: Ed. Envelope, 1996.

CUNHA, L. A & GÓES, M. de. *O golpe na educação*. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

DIAS, José Alves. *Poder Local e Repressão na Conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964*. In: Série Memória Conquistense, Vitória da Conquista, Vol. 4, pp. 200-213.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense: 1990.

¹ A expressão é do historiador Daniel Aarão Reis

² No ano de 1968, por exemplo, o orçamento da União para Defesa e Segurança foi de Ncz\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros novos) e para Educação e Cultura Ncz\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros novos)

³ *Jornal da Bahia*, 03/06/66, p. 02

⁴ *Jornal da Bahia*, 02/06/66, p. 06

⁵ *A Tarde*, 22/08/67, p. 03

⁶ *Oficiais Militares formados nos cursos das faculdades da Universidade de Paris*.